



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2022

CNPJ: 31.723.265/0001-41

ARQUIVO: BALANÇO PATRIMONIAL - BALPAT

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, administração direta, tem sua sede estabelecida à Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES, CEP: 29.300-170, adota de acordo com a Constituição Federal, princípios de soberania popular e de representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos. As demonstrações apresentadas abrangem apenas o Poder Legislativo do Município de Cachoeiro de Itapemirim, portanto, não se refere a toda a Administração Pública Municipal.

2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as regulamentações da Secretaria de Tesouro Nacional e demais disposições normativas vigentes.

3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL – BALPAT

A) Conforme regulamentação da STN e TCEES (IN nº 36/2016 TCEES e Instrução Técnica de Consulta nº 00060/2021-6 – TCEES) foram reconhecidas a totalidade das despesas com férias, 1/3 de férias, INSS, IPAJM e IPACI patronal incidentes sobre as mesmas no atributo “P”. Além do reconhecimento no referido atributo, os mencionados valores também foram reconhecidos no atributo “F”, ocasião que realizou-se o empenho, a liquidação e seu respectivo valor em caixa.

Assevera que esse referido procedimento é uma atitude de boa prática de gestão, tendo em vista não haver nenhuma determinação legal de obrigatoriedade de efetuar a execução orçamentária dos mesmos. A legislação determina o reconhecimento no atributo “P” e a

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Administração da Câmara Municipal, além de reconhecer no devido atributo, reconhece também no atributo “F”, realizando assim, o empenho, a liquidação e deixando os valores em caixa na ocasião de não realização do pagamento no exercício vigente.

B) O saldo na conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 8.826,39, é derivado dos seguintes lançamentos contábeis:

C – 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 21.240,00 (Baixa de Direito a Receber);

D - 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 30.066,39 (Atualização de Direito a Receber);

Obs.: Todos os ajustes estão subsidiados por constatações verificadas durante o exercício de 2022, por processos, cujos fatos ocorreram em exercícios anteriores. E todos os lançamentos de contrapartida foram realizados na **conta contábil 2.3.7.1.1.03.00.000 Ajustes de Exercícios Anteriores**.

Ressalta-se ainda que tais lançamentos advêm dos seguintes processos:

1 - Processo de ressarcimento de Pagamentos acima do Teto Constitucional em exercícios anteriores (Constatado através de Auditoria Interna) – Processo Administrativo nº 44/17 (Protocolo Geral CMCI 64822/17);

2 – Processo de atualização de saldo devedor - Processo Administrativo nº 17.602/2022.

4 – CONTA CONTÁBIL – CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE

A conta contábil **1.1.3.8.1.09.00 – Créditos a receber por reembolso de Salário Maternidade pago**, no valor de R\$ 1.300,10, refere-se ao valor pago a título de Salário Maternidade, na Folha de Pagamento do mês 12/2022, e que não foi compensado na guia de INSS do mês 12/2022. Afirmamos que tal valor será abatido nas próximas competências através de PERD-COMP na Receita Federal/INSS.

5 – PROCESSOS DE BAIXA DE BENS MÓVEIS

Ocorreram baixas de Bens Móveis no valor de R\$ 4.493,10, tendo em vista que os mesmos não se enquadravam como bem permanente, de acordo com as análises contidas no processo nº 17.601/2022.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



6 - PROCESSOS JUDICIAIS

Conforme consulta a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Cachoeiro, através do Protocolo nº 16802/2022 sobre Processos Judiciais em aberto contra Câmara Municipal, destacamos:

Processo 0016880-45.2017.8.08.0011 – Trânsito em Julgado (desde 12/11/2021). Ação Judicial que tem seu desembolso provável no exercício de 2023.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 16 de março de 2023.

Atenciosamente,

Brás Zagotto

Presidente

Rafael Macedo Batista

Contador – CRC/ES 016.165